

LOUCURA SUBURBANA: O CARNAVAL COMO COMPONENTE TERAPÊUTICO DA ASSISTÊNCIA PSICOSSOCIAL

Suburban Madness: The Therapeutic Role of Carnival in Psychosocial Care

Carla Jeucken¹

Artigo encaminhado: 01/11/2022

Artigo aceito para publicação: 09/03/2024

RESUMO: Neste trabalho, pretendemos estabelecer uma interlocução entre cultura e saúde mental, com foco na possibilidade de produção de efeitos terapêuticos que a participação em festejos carnavalescos, especialmente no bloco Loucura Suburbana poderia ter para usuários de Centros de Atenção Psicossocial - CAPS. Para tanto, propomo-nos a realizar um estudo de caráter teórico e ensaístico, apresentando como ponto de partida a relação estreita estabelecida entre a cidade do Rio de Janeiro com a arte e a loucura. Em seguida, será abordada a relação entre saúde mental e cultura, com destaque para a construção do bloco carnavalesco Loucura Suburbana. Após tais explanações, discutiremos sobre a visão corrente do carnaval como um ritual de integração entre foliões pautados em um estudo antropológico. Nos resultados, constatamos, através da interlocução entre a ideia de carnaval como ritual de integração e o carnaval tomado como componente cultural da assistência oferecida no campo da saúde mental, que a realização dos festejos, nessa área, tem relevância no estabelecimento do laço social que pode ser visto como contribuição à terapêutica. Concluímos sublinhando que os festejos e seu preparo podem contribuir como componente terapêutico na assistência aos usuários ao viabilizar condições para que eles possam usufruir do direito à cidade e à cultura.

Palavras-chave: Saúde mental. Cultura. Componente terapêutico.

¹ Psicóloga. Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Psicanalista. Professora Licenciada em Letras Português - Alemão e suas respectivas Literaturas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: carlajeucken@tutanota.de

ABSTRACT: In this study, our aim is to establish a dialogue between culture and mental health, with a focus on the potential therapeutic effects that participation in carnival celebrations could offer to users of Psychosocial Care Centers (CAPS). The author conducted a theoretical and ensayistic study, whose starting point is the close relationship established between the city of Rio de Janeiro with art and madness. Then, we delve into the connection between mental health and culture, to emphasize the establishment of the carnival group *Loucura Suburbana* (Suburban Madness). Following these explanations, we explore the concept of carnival as a ritual of integration and the implications of this anthropological perspective on the field of mental health. In the results, we observed, through the interplay between carnival as a ritual of integration and carnival as a cultural component of mental health care, that the realization of festivities in this area is relevant in the establishing of the social bonds that can be seen as a contribution to the therapy. We conclude by emphasizing that the festivities and their preparation could contribute as a therapeutic component in the care of users of CAPS by enabling conditions for them to enjoy their right to the city and to culture.

Keywords: Mental health. Culture. Therapeutic component.

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos significativos avanços das reformulações técnicas e práticas que compõem a atuação e implantação dos Centros de Atenção Psicossocial pelo país, respaldadas na Lei nº 10.216 (BRASIL, 2001), que redireciona o modelo assistencial em saúde mental, há algum tempo acompanhamos com preocupação e mobilização as tentativas de solapar essas conquistas. Se refletirmos um pouco, notamos que o Sistema Único de Saúde (SUS), esse ponto destoante em uma lógica neoliberal prevalente em nosso cotidiano, não é alvo único de recorrentes precarizações. O setor de saúde é apenas um dentre vários serviços públicos na mira dos constantes cortes de investimentos e até mesmo alvo de difamação. Diante de tais ataques, urge refletir sobre os meios para continuar a consolidar os preceitos da Reforma, o que se configura como um grande desafio, ainda mais se considerarmos que, mesmo que haja estudos que

comprovem os avanços alcançados pela remodelação da assistência, eles não têm sido suficientes para frear as investidas contra os serviços de saúde pública.

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a interdisciplinaridade é uma estratégia fundamental de fortalecimento da Luta Antimanicomial (GIACOMINI; RIZZOTTO, 2022; RIBEIRO; SOUSA, 2023; SCHNEIDER et al., 2009). Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), como porta de entrada da Rede de Saúde Mental (RAPS), funcionam em uma lógica não hierárquica, com uma equipe multiprofissional que precisa, dada a complexidade e gravidade dos casos acompanhados, articular-se e até intervir em instituições que não são da área da saúde (lógica intersetorial). Desse modo, a rede constrói, a partir da escuta do sujeito, uma rede de apoio para que ele possa circular pela cidade, ter os cuidados necessários para isso, com seus direitos assegurados. Considerada a relevância dada à interdisciplinaridade na assistência psicossocial, o objetivo deste trabalho consiste em discorrer sobre a possível ação terapêutica, para usuários dos CAPS, propiciada pela criação e participação no bloco carnavalesco Loucura Suburbana.

2 MÉTODO

Propomo-nos a realizar um estudo de caráter teórico e ensaístico, apresentando inicialmente a contextualização do trabalho cujo ponto de partida é a relação estreita estabelecida entre a cidade do Rio de Janeiro com a arte e a loucura. Para tanto, discorreremos e discutiremos sobre referenciais teóricos dedicados ao estudo do carnaval e da cultura como componentes da assistência psicossocial e, em seguida, inferiremos elementos de um estudo antropológico, que entende o carnaval como um ritual de integração, para discutirmos a caracterização do carnaval como componente terapêutico.

Embora a literatura e os estudos no campo da saúde mental sejam vastos, são poucos os estudos específicos sobre a temática em questão. A justificativa para escolha dos dois trabalhos referentes ao campo da saúde mental está alicerçada à especificidade de cada um deles e a pertinência na abordagem do objeto de estudo em questão em cada estudo. Eles servirão de embasamento

ao presente trabalho no sentido de fornecer, sobretudo, precisão na hora de analisarmos a relação do ritual de integração com o caráter terapêutico das atividades do Bloco carnavalesco. Uma vez que se trata de um estudo teórico, circunscrevemos nosso objeto de análise tanto quanto foi possível: situamos a cidade do Rio de Janeiro como foco de estudo, dada a forte ligação dessa cidade com o carnaval e escolhemos o Bloco Loucura Suburbana como objeto, por causa de sua consolidação e popularidade, além de contarmos com referência consistente sobre sua criação, sua história e os impasses enfrentados para fazê-lo acontecer (MENDES, 2019).

Desse modo, nossa interlocução envolverá, especialmente, os artigos *Loucura de todos nós: e vamo que vamo!* (MENDES, 2019) e *Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil* (AMARANTE; TORRE, 2017). Nestes, reafirma-se a disrupção, já vastamente explorada anteriormente, da assistência com o modelo asilar e manicomial, referida não apenas às estruturas físicas ou burocráticas dos famigerados hospitais psiquiátricos, mas também à lógica manicomial, uma vez que é garantindo o direito dos usuários de inventar, frequentar, pertencer e desfilar pela cidade que se garante em ato os princípios do SUS.

Para apreendermos os elementos envolvidos no carnaval enquanto fenômeno social baseamo-nos no estudo antropológico de Leopoldi (2010). Debruçamo-nos sobre ele escorados na seguinte questão: de que se *trata* no carnaval? Ao contar com elaborações deste outro campo, pretendemos apreender se e por que o carnaval, como ritual de integração, teria potencial terapêutico no campo da saúde mental. Antes de avançarmos nos supracitados estudos, abordaremos, primeiramente, a relação entre arte, cultura e loucura e a cidade do Rio de Janeiro, a fim de contextualizarmos a discussão.

3 ARTE E LOUCURA NO RIO DE JANEIRO

A história da arte na cidade do Rio de Janeiro é fortemente atravessada pelas invenções de antigos internos dos outrora denominados “hospitais

psiquiátricos”. Começamos este percurso, então, pela região da zona portuária, nos arredores da rodoviária Novo Rio e do acesso à ponte Rio-Niterói, onde o conhecido Profeta Gentileza avivou, com sua arte de rua, as pilastras do viaduto do Gasômetro, adornando-os com seus motes e profecias – pinturas hoje tombadas como patrimônio cultural da cidade. O mais conhecido deles, ‘Gentileza gera Gentileza’, com as cores da bandeira do Brasil e grafia estilizada característica, tornou-se até estampa de todo tipo de *souvenirs*, embora a história de Gentileza, que fez desse mote uma marca sua, não seja tão reconhecida.

Da zona portuária da cidade dirigimo-nos à zona sul da cidade, onde encontraríamos o primeiro hospício da América Latina, o “Hospital Nacional de Alienados” ou Hospício Pedro II, fundado por D. Pedro II em 1841, cuja lógica de funcionamento seria transposta literariamente, anos depois, pelo escritor carioca Machado de Assis (1839-1908), no conto *O Alienista* (1882/1979). Seguindo ainda nessa trilha literária acerca da loucura, foi nesse mesmo hospital na Praia Vermelha que esteve internado Lima Barreto (1881-1922), outro escritor carioca contemporâneo de Machado, mas que, diferente deste, sentiu na própria pele, em suas duas internações, os horrores perpetrados pelo antigo manicômio. Em *Cemitério dos vivos* e *Diário do Hospício* (1953/1993) deparamo-nos com fragmentos autobiográficos e literários da (sobre)vivência de Lima Barreto na instituição, apesar da mortificação à qual ele e tantos outros internos eram submetidos.

Se nos dirigirmos à zona oeste da cidade, encontraremos na Colônia Juliano Moreira o museu que abriga as obras de Arthur Bispo do Rosário, interno reconhecido internacionalmente por sua arte, sobretudo pela forma como compunha algumas das suas obras mais conhecidas. Destituído de materiais, Bispo desfiava os uniformes, entregues pelo manicômio, para bordar, com as linhas que deles restavam, seu manto e seus estandartes. Bispo encontrou na arte das “palavras escritas” e bordadas um jeito de tramar seus recursos terapêuticos a despeito de toda brutalidade à qual esteve submetido enquanto foi interno da referida instituição.

Bispo do Rosário passou também pelo Centro Psiquiátrico Nacional (CPN) localizado no Engenho de Dentro, na zona norte da capital do Rio de Janeiro, entre os anos de 1944 e 1948. Ali, onde fora criada a popular Seção Terapêutica Ocupacional pela psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999) em 1946. Posteriormente, essa instituição foi responsável por receber a transferência do antigo Hospício Nacional dos Alienados (1943), onde o já mencionado escritor Lima Barreto esteve internado e em 1965 passou a se chamar Centro Psiquiátrico Pedro II (CPPII) (OLIVEIRA, 2007).

As histórias desse hospício do Engenho de Dentro são indissociáveis das intervenções de Nise da Silveira, médica psiquiátrica responsável por rupturas com os tratamentos tradicionais da época através da aposta nas atividades ocupacionais e no trabalho artístico como vias terapêuticas. A profusão de obras (esculturas, pinturas, desenhos...) criadas pelos internos do referido hospital deu origem ao Museu de Imagens do Inconsciente, inaugurado em 1952, situado ainda hoje no mesmo local. Com a municipalização dos antigos hospitais, os redirecionamentos de trabalho instituídos pela reforma e os novos modelos de gestão, os hospitais da cidade foram municipalizados e o Centro Psiquiátrico Pedro II se tornou, então, no ano 2000, o Instituto Municipal de Assistência à Saúde Nise da Silveira (IMAS Nise da Silveira) (MACEDO; RECHTAND; MIRA, 2007). A intensificação dos trabalhos contra a lógica manicomial e em defesa da desinstitucionalização dos moradores desse Instituto, em 2021, propiciou, enfim, o fechamento desse antigo manicômio – o maior da América Latina. O espaço foi substituído por um parque, por museus, por áreas de lazer com quadras e estruturas para prática de esportes, em suma, por dispositivos voltados à cultura, à memória, ao lazer e à oferta de assistência digna no campo da saúde mental.

A história do trabalho terapêutico no atual IMAS Nise da Silveira é também atravessada pela história do bairro e adjacências, regiões suburbanas que têm o samba como uma de suas insígnias. Dona Ivone Lara (1918-2018), sambista carioca de vanguarda também conhecida como Rainha do Samba, trabalhou no antigo manicômio como enfermeira e assistente social, levando e dedicando aos internos seus cuidados e sua musicalidade. Dessa forma, o posicionamento

radical contra o cruel aparato psiquiátrico que estruturava a “assistência” aos internos no Engenho de Dentro se constitui, há tempos, por meio da arte, da pintura, da escultura, da escrita e da música.

Ao longo dos anos, arte e cultura ganharam cada vez mais protagonismo nos projetos terapêuticos dos serviços substitutivos dos antigos hospitais e manicômios; atualmente, a articulação entre clínica, assistência social e cultura extrapola os muros dos Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), evidenciando cada vez mais a importância do trabalho com/na a cidade, no território. Dentre os projetos mais emblemáticos com esse viés, estaria a proposta de criação de blocos carnavalescos, como apontaremos a seguir, valendo-nos da história do primeiro bloco da saúde mental a desfilar pela cidade.

4 O BLOCO CARNAVALESCO LOUCURA SUBURBANA

Em seu artigo *Loucura de todos nós: e vamo que vamo!*, Mendes (2019) nos conta sobre os feitos e efeitos do Bloco Carnavalesco Loucura Suburbana, fruto do trabalho incansável de pacientes, profissionais da rede, familiares e comunidade do bairro do Engenho de Dentro. Além da história do bloco, a autora aborda projetos vinculados a ele, as dificuldades com a captação de recursos para mantê-lo na rua e os próximos passos pretendidos para consolidá-lo, o bloco e o Ponto de Cultura homônimo. Várias das atividades do Loucura, nome popular para o conjunto de ações do *Bloco e do Ponto de Cultura Loucura Suburbana: Engenho, Arte e Folia* acontecem no espaço do IMAS Nise da Silveira, nos CAPS da região e nos arredores do bairro da instituição. Quanto aos efeitos do trabalho com o Bloco, a autora destaca três interessantes aspectos:

Revitalizou o carnaval de rua do bairro do Engenho de Dentro, na Zona Norte do Rio de Janeiro, representou uma alternativa de ocupação cultural de uma área carente em equipamentos culturais e com altos índices de violência e colocou a saúde mental como protagonista dessas ações, criando ainda o primeiro bloco de carnaval na área de saúde mental da cidade. Reunindo usuários, familiares e funcionários da rede pública de saúde mental, além de moradores do bairro e adjacências, *criou um movimento de integração com a comunidade tendo como motivação a maior festa popular brasileira.* (MENDES, 2019, p. 134, grifo nosso)

O preparo do bloco conta com a mobilização e o trabalho que acontece meses antes dos festejos carnavalescos: oficinas, ensaios gerais, composições de sambas e concurso do samba enredo, preparação das fantasias das porta-bandeiras e dos mestres-salas (casal adulto e mirim) e de estandartes (que acontecem nas oficinas de confecção e reciclagem de fantasias), escolha do desenho e confecção das camisetas do ano. O barracão possibilita a reserva e empréstimo de fantasias e oferece maquiagem para o desfile. A criação do Loucura Suburbana, como ressalta a autora, é proveniente do esforço hercúleo dos funcionários dos CAPS da região e do Instituto para reformar a oferta da assistência, focando no território e na dignidade dos pacientes (MENDES, 2019). Tal trabalho já conta com mais de 20 anos de existência e inúmeros reconhecimentos e prêmios, inclusive pela propagação da cultura antimanicomial (MENDES, 2019).

O Loucura foi o primeiro bloco da saúde mental da cidade a desfilar. Em 2009 se tornou o primeiro Ponto de Cultura em saúde mental da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, recebeu recursos para se sustentar minimamente durante três anos, período em que oferecia atividades gratuitas permanentes, e, o que é importante destacar, disponíveis à população. Com a expansão de sua atuação, o projeto já conta com sede e espaço para suas atividades e logo deverá se estruturar como um verdadeiro centro cultural, com variadas ofertas de serviços para a população (MENDES, 2019). Essas próximas etapas previstas para o Loucura vão ao encontro do que Amarante e Torre (2017) assinalam concernente à tendência à autonomia das experiências artístico-culturais relacionadas às instituições de saúde, isto é, não necessariamente são atreladas ou decorrentes do tratamento “médico-psicológico ou multiprofissional” (AMARANTE; TORRE, 2017, p. 766).

Dentre os fatores que têm empurrado as experiências para fora do aparato institucional, isto é, para fora dos CAPS e dos Institutos, estão as iniciativas em prol da valorização da diversidade e da cultura popular. Assim, por meio da secretaria da identidade e da diversidade cultural (SID/MinC), as políticas culturais para os segmentos mais vulneráveis ganharam força na cidade do Rio

de Janeiro, com o objetivo de valorizar a singularidade e diversidade que cada uma de suas expressões apresentariam (AMARANTE; TORRE, 2017). Nessa esteira encontramos também os projetos que se vinculam às lutas antimanicomiais.

Esses apontamentos colocam em relevo um impasse acerca da proveniência dos recursos direcionados às atividades nas quais há interlocução entre os segmentos da saúde pública e de fomento à cultura – eles deveriam estar alocados no âmbito das políticas culturais ou do orçamento destinado à implementação das políticas de saúde? Deveria haver disponibilidade de recursos no campo da saúde, destinados exclusivamente a atividades culturais e artísticas? São questões pertinentes, uma vez que, apesar da autonomia que as atividades culturais e artísticas têm obtido, elas são parte de uma (re) organização sociocultural que tem propiciado aos envolvidos combater culturalmente, por assim dizer, os estigmas da loucura – o que é fundamental para o tratamento dos usuários da rede. Além disso, a garantia simbólica da expressão de diversidades, inclusive culturais, incide na sociedade produzindo condições básicas para respeito e convivência com as diferenças.

Ainda quanto à disponibilidade das verbas para realização do trabalho, Mendes (2019) relata dificuldades com o financiamento do Bloco e Ponto de Cultura ao mencionar as subvenções recebidas para manter as atividades que estruturam o projeto, especialmente o Bloco. Embora sua importância seja reconhecida há quase duas décadas, as atividades do Loucura Suburbana têm sido sustentadas por meio de “concorrência em editais, raramente em patrocínios e doações da iniciativa privada” (MENDES, 2019, p. 149). Como fortalecer, então, argumentos para a reivindicação de subsídios fixos para o desenvolvimento dos projetos culturais em prol da diversidade e contra os cortes em um campo que entrecruza cultura, sociedade e saúde mental? Nossa aposta vai na direção de que quanto maior for a amplitude e a consistência dos argumentos a favor dos efeitos que o trabalho com o carnaval engendra para os usuários da rede, mais justificariamos a necessidade, quiçá urgência, de atender às demandas de recursos das instituições de saúde e/ou culturais que enlacem

usuários da rede nos trabalhos com o carnaval, com a arte ou outras manifestações culturais que sejam do interesse de cada um. O objetivo desse ensaio é contribuir nessa direção e, por isso, discorreremos a seguir acerca do estudo antropológico realizado por Leopoldi (2010) para, posteriormente, costurarmos nossas inferências com as questões sobre o trabalho dos técnicos e usuários da Rede e Atenção Psicossocial (RAPS) dedicados ao Loucura.

5 CARNAVAL, RITUAL E DEMOCRACIA SOB A ÓTICA ANTROPOLÓGICA

A escolha do carnaval como foco temático deste trabalho não foi aleatória. Se o carnaval é uma das maiores festas populares do país e se ele se tornou de fundamental importância para muitos usuários da rede, até mesmo para a revitalização de um bairro suburbano que recebe pouca atenção do poder público, justificam-se as interlocuções com outras áreas para ampliarmos as estratégias e argumentações em favor não só dos recursos necessários para que os usuários possam tomar parte, inclusive e especialmente como protagonistas, dos eventos culturais da cidade, como também em favor dessas outras áreas com as quais construímos pontes. É inegável que a diversidade cultural é fundamental para a construção de uma sociedade democrática, assim como são imensuráveis os efeitos terapêuticos que se pode conseguir, na clínica, através da arte. Por isso, teceremos aqui considerações acerca dos estudos sobre carnaval sob um viés antropológico, no sentido de apreender elementos que compõem a dimensão simbólica dessa festa popular tão estimada pelos cariocas. A antropologia nos parece bastante pertinente para pensar nas questões acerca da desinstitucionalização e do trabalho no território, posto que dentre suas funções, estariam

l) identificar os padrões culturais repartidos pelos coletivos de indivíduos; ii) inferir sobre o que há em comum nas ações, atribuições de sentido, significados e simbolismo projetados pelos indivíduos sobre o mundo material e “natural” e iii) ponderar sobre a experiência de viver em sociedade, sobre adoecer e se cuidar, definindo-a como experiência eminentemente intersubjetiva e relacional, mediada pelo fenômeno cultural. (LANGDON; WIJK, 2010, p. 176)

Dentre essas funções apresentadas pelos autores, nos interessa compreender o sentido compartilhado do carnaval como fenômeno cultural, para então ponderarmos sobre a relação da participação dos indivíduos com a vivência em sociedade, com a vulnerabilidade psíquica e o cuidado a isso ofertado pelos dispositivos da RAPS.

Recorremos aos estudos antropológicos sobre o carnaval no Rio de Janeiro apresentados pelo antropólogo Leopoldi (2010) na obra intitulada *Escola de samba, ritual e sociedade* para dar seguimento a essas elaborações. Embora haja diferenças entre os grupos de foliões e membros de agremiações entrevistados por Leopoldi (2010), assim como entre as configurações dos desfiles das grandes escolas de samba e dos blocos carnavalescos, podemos extrair de tal estudo as discussões acerca do carnaval como um fenômeno cultural que comportaria algo que se repete em sua manifestação, a ponto de nos possibilitar reconhecê-lo, apesar das diferentes nuances que adquire em diferentes regiões do Brasil. Supomos que há aí um compartilhamento nas atribuições de sentido e de significados que os foliões lhe conferem. Com isso em vista, seria possível aprofundar um pouco mais a compreensão de seu papel terapêutico no campo da saúde mental.

Leopoldi (2010) constatou através de seu trabalho de campo que o carnaval seria algo como um fenômeno quase mágico com poderes de suspender “as barreiras sociais”, ‘democratizando’ a convivência urbana (LEOPOLDI, 2010, p. 41), isto é, dirimindo sofrimentos, eliminando preconceitos e diferenças, o que possibilitaria agrupar, no mesmo espaço, de maneira amistosa e festiva, pessoas que fora desse contexto se odiariam ou até se matariam. Como indicou o antropólogo, trata-se de uma idealização compartilhada de que o carnaval seria uma nova ordenação social que “tende a configurar um universo *ideal*, igualitário, propiciado pelos mecanismos sociais, simbólicos e psicológicos acionados no período ritualístico” (LEOPOLDI, 2010, p. 174, grifo nosso). O chamado “espírito carnavalesco” seria um denominador comum dos festejos que se estendem ao longo de todo o território nacional, reconhecido pelas suas semelhanças, independente dos matizes regionais que o caracterizam (LEOPOLDI, 2010). A

profusão de fantasias, por exemplo, seria um dos elementos em comum entre eles que, mesmo que não sejam obrigatórias, até facilitariam a supressão simbólica da identidade social, funcionando as indumentárias como “elementos mediadores entre o mundo da fantasia e o mundo da realidade” (LEOPOLDI, 2010, p. 154).

Por outro lado, haveria a apreensão por parte daqueles que não “brincam carnaval” de que as festividades também comporiam uma desordem, devido à percebida diminuição de censura e julgamento vigorando entre os foliões. Consoante os apontamentos do antropólogo, dessa perspectiva derivaria um certo significado de “carnavalesco” como “qualquer situação em que se denuncia a ruptura da ordem social e o esfacelamento dos atributos morais implícitos nela” e que isso levaria “à identificação do carnaval com um quadro de caos social” (LEOPOLDI, 2010, p. 155). Dessa forma, tanto a percepção do carnaval como um momento de suspensão das convenções sociais, de preconceitos e diferenças, quanto à aparente “inversão” da ordem social que se instalaria, seriam construções compartilhadas por um grande contingente de pessoas.

6 RESULTADOS: QUANDO FANTASIAR E IDEAL DE SOCIEDADE INTEGRADA IMPORTAM

No que é possível dentro dos limites deste ensaio, baseando-nos na história e nos possíveis efeitos sociais e terapêuticos do Bloco Carnavalesco Loucura Suburbana, consideramos pertinente destacar a apreensão das pessoas de que o espírito carnavalesco é marcado por uma aspiração democrática, conforme mencionado por Leopoldi (2010). Não só no momento do desfile, mas também ao longo do ano durante todas as atividades que o confeccionam, o carnaval, na visão de Mendes (2019), é vivenciado como um ritual de integração entre usuários, técnicos, familiares e comunidade, visto que dele participam - seja estruturando-o, seja festejando. Para os usuários, esse rebaixamento das diferenças desempenha um papel preponderante no tratamento, que não é somente psíquico, mas também social, pois aquilo que os segrega da sociedade na vida cotidiana muitas vezes passa pelos arraigados

estigmas associados à loucura, que é, também, temporariamente suspenso e talvez até dirimido entre os participantes quando acontecem os desfiles, os ensaios, os preparos.

Leopoldi chega a dizer que o carnaval possibilitaria que “idéias [sic] fantasiosas como a de igualdade entre as pessoas possam aflorar como sentimentos concretos” (LEOPOLDI, 2010, p. 23). Para os usuários da RAPS, no entanto, que sempre tiveram suas vidas e cidadanias tolhidas e apartadas do convívio social, o ideal de sociedade integrada pode fazer uma barreira ao sofrimento, se ele se situar no horizonte como uma das metas a serem atingidas, no sentido de oferecer um tratamento que possibilite a eles exercer sua cidadania e se colocar como sujeitos. Nesse caso, o ideal funciona menos como engodo, mais como bússola que aponta a direção de trabalho.

Fazer parte de um grupo de trabalho que constrói um Bloco, tomar parte em aulas de música para fazer parte da bateria, o próprio ato de desfilar e ocupar as ruas, são participações dos usuários no trabalho carnavalesco que apontam para o engendramento de possíveis efeitos terapêuticos na clínica. Isso poderia ser tomado até mesmo como direção de trabalho, já que toma como componente da terapêutica o laço social. Neste caso, a “integração fantasiosa” de que fala Leopoldi (2010) teria suas repercussões positivas na sociedade, ainda preconceituosa e estigmatizante, mesmo que de maneira pontual ou micropolítica. Simbolicamente, o Bloco denota um avanço quanto ao exercício da cidadania por parte dos usuários, direito obtido a duras penas através de anos de trabalho, de Luta Antimanicomial. Tudo isso compõe os projetos terapêuticos *psicossociais* sustentados pelos CAPS e, embora possamos reconhecer um ápice na sensação de “integração” nos momentos do desfile, há uma aposta de que mudanças duradouras possam acontecer também na sociedade ao garantir a participação de quaisquer cidadãos nos festejos carnavalescos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da importância que o carnaval tem em nossa cultura, seria relevante investigar de forma aprofundada também seus efeitos, nesse contexto de

construção do Bloco Loucura Suburbana, àqueles que não são usuários da rede, nem técnicos: sugestão para um próximo trabalho, um que inclua um trabalho de campo e, se possível, realizado e debatido por uma equipe interdisciplinar. Trata-se de uma situação diante da qual poderíamos nos perguntar, por exemplo, se nas regiões onde acontecem os desfiles haveria perspectivas menos estigmatizadoras frente a loucura e como isso se expressaria. Além disso, outra possível questão se voltaria a cotejar achados sobre o assunto comparando-os com dados de entrevistas com moradores de bairros onde existe maior mobilização pelo carnaval e regiões onde não existem esses projetos etc. Isso talvez contribua com informações relevantes para a construção de políticas públicas direcionadas a determinadas regiões da cidade, inclusive àquelas carentes em dispositivos culturais situadas em bairros não privilegiados, como era o caso, há mais de 20 anos, da área onde se situa hoje o Ponto de Cultura Loucura Suburbana.

Desfile em um bloco de rua não é meramente uma atividade lúdica, mas um ato simbólico de muita força, a afirmação em ato do direito à cidade. Lembremo-nos que o carnaval dos usuários não se limita às horas de desfile do bloco, há o momento da sua organização, da escolha do samba (elaboração, inscrição, concurso), ensaios, aulas de percussão, confecção de fantasias ao longo do ano. Portanto, para cada um, à sua maneira, o carnaval ganha contornos, valores e efeitos terapêuticos peculiares e, ainda que haja uma idealização envolvida nesse trabalho, intrínseca a ele, os efeitos desse *ritual de integração* são fundamentais nesse processo de atenção *psicossocial*. O carnaval pode ser concebido como um fenômeno que envolve a identificação com elementos da cultura nacional e as identificações com o território habitado, onde se constrói a estória de cada um, inclusive nos casos de usuários para quem a circulação pela cidade se tornou mais limitada, devido à vulnerabilidade psíquica e/ou social que vivenciam.

A definição de saúde sustentada pelo SUS nos indica que ela está estreitamente ligada à qualidade de vida, não se restringe à ausência de doenças. Assim, a garantia de acesso a trabalho digno, lazer, cultura, educação,

por exemplo, é indispensável para que se viva de maneira saudável. Isso tudo concerne também à participação de cada um no contexto social, cultural e histórico no qual se inscrevem suas vidas. No que concerne ao Rio de Janeiro, por exemplo, a realização do carnaval não se limita aos desfiles na Sapucaí, os blocos são parte muito importante dessa composição festiva da cidade. Curiosamente, as políticas públicas para execução de projetos culturais, assim como editais para financiamento da construção dos blocos têm minguado, o que nos deixa frente a um impasse acerca da obtenção das verbas necessárias e não garantidas para o evento. O carnaval interliga lazer, cultura, arte, saúde e até trabalho, além de ser um meio de se posicionar politicamente, e, portanto, de exercer sua cidadania. Por que não há, então, financiamento público permanente que garanta a execução anual desse trabalho, tornando possível inclusive estendê-lo a outros CAPS da cidade, se for o desejo dos usuários se engajar nesse trabalho terapêutico?

Nessa incursão, recorreremos ao campo antropológico para refletir sobre a importância da inclusão de elementos culturais, urbanos, simbólicos na assistência psicossocial. Ela nos serviu para embasar teoricamente a compreensão de certos fenômenos culturais, pois isso contribuiria para o refinamento do trabalho no âmbito da RAPS. Através da articulação proposta, foi possível enxergar no carnaval seu aspecto ritualístico, efêmero e congregador, manifestação que, a despeito de estar calcada em uma idealização, no campo da saúde mental, justamente por isso, possibilita uma aposta na cidadania dos usuários da rede ao oferecer as condições para que eles participem ativamente, como protagonistas, como puderem e se quiserem, do maior festejo popular do país. Assim, podemos compreender na idealização do carnaval, nesse contexto, um sentido não pejorativo, pois ela serve como suporte à projeção de um cenário desejável (um ambiente democrático garantido indistintamente) no horizonte dos idealizadores. Ainda que seja impossível de ser plenamente alcançada, nesse caso, a idealização é bem-vinda, pois convida ao trabalho e pode produzir efeitos no tratamento de usuários, bem como no território por onde eles desfilam.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, Paulo; TORRE, Eduardo Henrique Guimarães. Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. *Interface* (Botucatu), 21 (63), 763-74, 2017. <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0881>

ASSIS, Machado de. (Orig. 1882). O alienista. In: *Obra completa. Conto e Teatro*. COUTINHO, Afrânio (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1979.

BARRETO, Lima. (Orig. 1953). *Diário do Hospício/Cemitério dos Vivos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Orgânica nº 8.080/90, de 19 de setembro de 1990*. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. 1990. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8080.htm Acesso em: 27 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm Acesso em: 27 dez. 2020.

GIACOMINI, Eduardo; RIZZOTTO, Maria Lúcia Frizon. Interdisciplinaridade nas práticas de cuidado em saúde mental: uma revisão integrativa de literatura. *Saúde debate* [Internet], 46 (especial 6 dez), 261-80, 2022. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/6933> Acesso em 02/04/2024.

LANGDON, Esther Jean; WIIK, Flávio Braune. Antropologia, saúde e doença: uma introdução ao conceito de cultura aplicado às ciências da saúde. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 18 (3), 173-81, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/5RwbrHQkrZ4X7KxNrhvwjTB/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 08/12/2020.

LEOPOLDI, José Sávio. *Escola de samba, ritual e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MACEDO, Martha; RECHTAND, Mauro; MIRA, Karine. Pensando o cuidado dentro e fora – a criação do CAPS Clarice Lispector. *Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro/Instituto Municipal Nise da Silveira*, ano 1, n. 1, 70-81, 2007.

MENDES, Ariadne de Moura. Loucura de todos nós: e vamo que vamo!. *Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro: Histórias da desconstrução de um manicômio*, ano 2, v.2, n. 2, 2019. Disponível em: https://www.loucurasuburbana.org/files/ugd/7ffe4b_d980d88184b4427db0220df31bebf284.pdf Acesso em: 02/04/2024.

OLIVEIRA, Edmar. Cuidando da desconstrução: do Engenho de Dentro para um Engenho de Fora. *Archivos Contemporâneos do Engenho de Dentro/Instituto Municipal Nise da Silveira*, ano 1, n. 1, 14-37, 2007.

RIBEIRO, Herta Maria Castelo Branco; SOUSA, Mayara Ceará. *Reflexões sobre os desafios da interdisciplinaridade nas políticas de saúde mental*. *Brazilian Journal of Development*, 9 (2), 6395-6406, 2023. <https://doi.org/10.34117/bjdv9n2-017>.

SCHNEIDER, Jacó Franco et al. Concepções de uma equipe de saúde mental sobre interdisciplinaridade. *Rev. gaúch. enferm*, 30 (3), 397-405, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/23637/000731383.pdf>. Acesso em: 03/04/2024.